

# BRAMUN

Brazil Model United Nations



Guia de  
Resolução

## O que é uma resolução?

Uma resolução é um documento escrito para tratar de um problema ou questão específica. Elas são escritas pelos delegados, debatidas e, posteriormente, votadas no comitê ao qual o tópico pertence. Em geral, uma resolução é escrita em colaboração entre delegados do mesmo bloco durante o debate não moderado, mas os delegados são incentivados a preparar, com antecedência, cláusulas que gostariam de ver debatidas antes da conferência.

Também é importante observar que, no BRAMUN, resoluções existem “no vácuo”. Isso significa que resoluções não podem ser mencionadas a menos que estejam sendo discutidas naquele momento; portanto, os delegados não têm permissão para se referir a resoluções anteriores que tenham sido aprovadas ou rejeitadas. Essa regra existe para evitar vantagens injustas a blocos cujas resoluções possam ser consideradas antes de outras, já que o reconhecimento de que uma resolução anterior foi aprovada pode influenciar as decisões dos delegados ao votarem em resoluções seguintes.

## Cabeçalho

O cabeçalho indica os proponentes (em formas oficiais completas), os signatários (opcionalmente com nomes abreviados) e o tópico. A primeira linha antes das cláusulas preambulares indica o comitê. Ambas as listas de delegações — de proponentes e de signatários — devem estar em ordem alfabética. Nenhuma das partes mencionadas de um cabeçalho deve estar em negrito.

### EXEMPLO DE CABEÇALHO

Tópico: A remilitarização ilegal da Renânia pelo Reich Alemão.

Proponentes: Reino da Bélgica, República Francesa, Reino da Suécia, & Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Signatários: Argentina, Brasil, Dinamarca, Libéria, Holanda, Polônia, & Iugoslávia.

A Liga das Nações,

*Convicta* de que a solução mais eficaz para a agressão do Reich seria mais diplomática do que militarista,

...

# CLÁUSULAS PREAMBULARES

Essas cláusulas apresentam o motivo pelo qual o tópico está sendo abordado e destacam ações passadas tomadas. Cláusulas preambulares têm o objetivo de definir o tom da sua resolução e, essencialmente, esclarecer sua posição sobre ou sua abordagem em relação ao problema em questão. Cada cláusula começa com um particípio presente (ver lista) e termina com uma vírgula. Ela pode incluir referências à Carta da ONU, resoluções passadas, declarações feitas, reconhecimento de esforços realizados e outras generalidades.

Cada preâmbulo começa com uma frase preambular. A cláusula deve atender aos seguintes critérios:

1. A frase preambular deve estar em itálico.
2. A primeira palavra da cláusula deve começar com letra maiúscula.
3. Preâmbulos não são numerados.
4. Cada preâmbulo termina com uma vírgula.
5. Pule uma linha entre cada cláusula.
6. Aplique recuo em todas as linhas de cada cláusula após a primeira linha.
7. Preâmbulos não podem ter subcláusulas.

## Frases Preambulares de Exemplo

Afirmando	Esperando	Tendo estudado
Alarmado por	Expressando sua apreciação	Tendo em mente
Aprovando	Expressando sua satisfação	Observando com pesar
Ciente de	Cumprindo	Observando com profunda preocupação
Tendo em mente	Totalmente alarmado	Observando com satisfação
Acreditando	Totalmente ciente	Observando ainda mais
Confiante	Plenamente acreditando	Observando
Contemplando	Lamentando ainda mais	Reafirmando
Declarando	Recordando ainda mais	Percebendo
Declarando	Guiado por	Recordando
Profundamente preocupado	Tendo adotado	Reconhecendo
Profundamente consciente	Tendo considerado	Referindo-se a
Profundamente convencido	Tendo considerado ainda mais	Buscando
Profundamente perturbado	Tendo dedicado atenção	Levando em conta
Lamentando profundamente	Tendo examinado	Levando em consideração
Desejando	Tendo ouvido	Tomando nota
Enfatizando	Tendo recebido	Vendo com apreciação

# CLÁUSULAS OPERATIVAS

Essas cláusulas apresentam ações que os proponentes acreditam que devem ser tomadas para resolver o problema. Cada cláusula começa com um verbo (ver lista) e termina com ponto e vírgula. As informações devem ser organizadas em uma sequência lógica, com cada ponto numerado e contendo uma única ideia ou proposta. Se for necessária explicação ou esclarecimento adicional, podem ser usadas subcláusulas com números romanos ou letras. A formatação padrão de subcláusulas pode ser obtida criando uma lista padrão no Google Docs e usando as teclas “Tab” e “Enter”. Após a última cláusula, a resolução termina com um ponto final.

Cada cláusula operativa começa com uma frase operativa. A cláusula deve atender aos seguintes critérios:

1. A frase operativa deve estar sublinhada.
2. A primeira palavra da cláusula deve começar com letra maiúscula.
3. Frases operativas são numeradas.
4. Cada cláusula operativa termina com ponto e vírgula.
5. A última cláusula operativa termina com um ponto final.
6. Pule uma linha entre cada cláusula.
7. Aplique recuo em todas as linhas de cada cláusula após a primeira linha.
8. Cláusulas operativas podem ter subcláusulas. Subcláusulas devem ter recuo.

## Frases Operativas de Exemplo

<b>Aceita</b>	<b>Proclama</b>	<b>Expressa sua esperança</b>
<b>Afirma</b>	<b>Reafirma</b>	<b>Expressa sua apreciação</b>
<b>Aprova</b>	<b>Recomenda</b>	<b>Expressa seu pesar</b>
<b>Autoriza</b>	<b>Lamenta</b>	<b>Expressa sua satisfação</b>
<b>Condena</b>	<b>Recorda</b>	<b>Condena veementemente</b>
<b>Confirma</b>	<b>Requer</b>	<b>Encoraja fortemente</b>
<b>Parabeniza</b>	<b>Declara solenemente</b>	<b>Recomenda fortemente</b>
<b>Conclama</b>	<b>Toma nota</b>	<b>Observa com preocupação</b>
<b>Considera</b>	<b>Transmite</b>	<b>Observa com profunda preocupação</b>
<b>Decide</b>	<b>Confia</b>	<b>Solicita ainda mais</b>
<b>Declara</b>	<b>Convida</b>	<b>Conclama ainda mais</b>
<b>Designa</b>	<b>Reitera</b>	<b>Reitera ainda mais</b>
<b>Enfatiza</b>	<b>Ressalta</b>	<b>Convida ainda mais</b>
<b>Endossa</b>	<b>Observa</b>	<b>Afirma ainda mais</b>
<b>Incentiva</b>	<b>Destaca</b>	<b>Aceita ainda mais</b>
<b>Apoia</b>	<b>Instrui</b>	<b>Designa ainda mais</b>
<b>Exorta</b>	<b>Reconhece</b>	<b>Proclama ainda mais</b>
<b>Apela</b>	<b>Busca</b>	<b>Toma nota ainda mais</b>
<b>Solicita</b>	<b>Acolhe</b>	

## EXEMPLO DE RESOLUÇÃO

Tópico: Negociando a saída do Reino Unido da UE

Proponente: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Signatários: Áustria, França, Itália, & Turquia.

A Comissão Europeia,

*Guiada pelo* referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia,

*Tendo em mente* o white paper do Great Repeal Bill e a análise publicada pelo Parlamento Europeu sobre a retirada britânica,

*Alarmada com* o aumento do euroceticismo e desejando neutralizá-lo por meio da construção de uma aliança forte,

*Observando com desaprovação* a relutância de certas nações em cooperar por receio da retirada de outras nações,

*Reafirmando* a esperança de que a União Europeia será fortalecida, e não enfraquecida, pela retirada britânica,

1. **Afirma** que, a partir da data de saída do Reino Unido da União Europeia, todas as leis serão funcionalmente idênticas às leis anteriores, as quais somente então poderão ser alteradas, revogadas ou substituídas pelo Parlamento Britânico:
  - a. Leis que utilizem instituições existentes da UE devem ser adaptadas de modo que as instituições supramencionadas sejam substituídas por aquelas operadas pelo Governo de Sua Majestade, mantendo funcionalidade semelhante:
    - i. Tais revisões serão operadas por um Conselho nomeado pelo Parlamento Britânico,
  - b. Direitos e obrigações já existentes sob o direito da UE serão funcionalmente idênticos ao direito interno do Reino Unido, e tanto empresas da UE quanto do Reino Unido devem ser informadas desse fato a fim de gerar segurança,
  - c. A política interna britânica deve refletir o conteúdo do acordo alcançado com a União Europeia;
  
2. **Convoca** o Tesouro de Sua Majestade a financiar todos os projetos dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIFs) no Reino Unido:

- a. Isso se limita a projetos financiados antes do Autumn Statement 2016; aqueles assinados após a declaração supramencionada estarão sujeitos à avaliação do Tesouro de Sua Majestade,
  - b. O setor agrícola deve receber o mesmo nível de financiamento que teria recebido sob o Pilar 1 da PAC até o fim do Quadro Financeiro Plurianual em 2020,
  - c. Administrações descentralizadas (Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) devem receber tratamento idêntico, no que diz respeito ao financiamento pelo Governo de Sua Majestade, ao recebido pela Inglaterra;
3. Confirma a restauração plena da soberania ao governo de Sua Majestade:
- a. Comissões legislativas da União Europeia não terão mais qualquer jurisdição sobre o Reino Unido,
  - b. O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) deverá renunciar a toda a sua jurisdição sobre a Grã-Bretanha,
  - c. Por meio do comércio bilateral e das relações exteriores, ainda se esperará que a Grã-Bretanha cumpra compromissos internacionais e siga o direito internacional;
4. Encoraja a aprovação de uma “relação especial” com a República da Irlanda que reflita sua história, cultura e geografia compartilhadas:
- a. Sem buscar tais acordos com o restante da UE, o Reino Unido deverá compartilhar livre fluxo de bens, serviços, utilidades e pessoas com a República da Irlanda,
  - b. O Ireland Act 1949 e o Belfast Agreement de 1998 permanecerão em vigor independentemente da retirada do Reino Unido da UE,
    - i. A população da Irlanda do Norte poderá continuar a se identificar como britânicos ou irlandeses, ou ambas, e a deter cidadania de acordo com isso,
  - c. A Common Travel Area (CTA) entre o Reino Unido, a Irlanda, a Ilha de Man e as Ilhas do Canal permanecerá em vigor, ao mesmo tempo em que protegerá a integridade do sistema de imigração do Reino Unido;
5. Convida o governo britânico a manter-se aberto a talentos internacionais como um ativo distintivo da vida profissional britânica, ao mesmo tempo em que devolve o controle da imigração ao Governo de Sua Majestade:
- a. Independentemente de acordos comerciais, o Reino Unido deve manter controle sobre o número de migrantes que se deslocam entre o Reino Unido e a UE,

- b. No futuro, a Free Movement Directive não estará mais em vigor e nacionais da UE estarão sujeitos ao direito de imigração do Reino Unido,
  - c. Estudantes e aqueles que possuam as habilidades e a expertise para promover objetivos britânicos devem ter um caminho simples e abrangente para obter residência no Reino Unido;
6. Transmite que, no direito atual do Reino Unido, aqueles que tenham residido de forma contínua e legal no país por mais de cinco anos têm um direito permanente de residência, e garante que essas leis se aplicarão a residentes da UE no Reino Unido, e ordena que a UE adote política semelhante no que se refere a cidadãos do Reino Unido residentes na UE;
7. Recomenda que o Governo de Sua Majestade continue assegurando direitos dos trabalhadores em um grau que exceda os mínimos da UE, incluindo, mas não se limitando a:
- a. Direito a férias anuais,
  - b. Direito à licença-maternidade remunerada,
  - c. Licença-paternidade disponibilizada até o 18º aniversário de uma criança,
  - d. Um salário mínimo nacional estável,
  - e. Um direito ao trabalho autônomo,
  - f. Garantir que empresas de capital aberto respondam às vozes dos trabalhadores;
8. Endossa um acordo de livre comércio entre o Reino Unido e a UE, que assegure comércio mutuamente benéfico enquanto mantém a posição do Reino Unido fora do Mercado Único Europeu:
- a. A livre circulação de bens deve ser mantida,
  - b. O comércio de agricultura, alimentos e pesca deve ser mantido de forma mutuamente benéfica,
  - c. O comércio de serviços financeiros deve ser altamente integrado e não afetado,
  - d. O Reino Unido ainda pode desejar ou estar disposto a participar de certos programas europeus, caso em que contribuirá para o orçamento da UE de acordo; caso contrário, não estará mais obrigado a fazer qualquer contribuição financeira à UE,
  - e. A UE deve permanecer aberta a grandes contribuições britânicas e à influência britânica em grandes iniciativas de ciência, pesquisa e tecnologia;
9. Resolve ainda que o Reino Unido pode e deve participar plenamente de iniciativas da UE de segurança, justiça criminal e combate ao terrorismo,

incluindo:

- a. Contribuições britânicas contínuas para a rede Europol,
  - b. Compartilhamento de informações no que se refere a crimes transnacionais,
  - c. Desempenhar um papel de liderança em assuntos de segurança europeus:
    - i. O Reino Unido pode estar se retirando da União Europeia, mas não de outros assuntos europeus existentes,
  - d. Contribuir com parceiros europeus para fortalecer parcerias da OTAN;
10. Proclama que a dependência da Coroa de Gibraltar tem direito exclusivo a estruturas europeias e direito a fronteiras abertas com a vizinha Espanha e revoga o poder de veto do Reino da Espanha em assuntos relativos à retirada britânica no que se refere à região, bem como mantém a posição atual de Gibraltar como amplamente sujeita ao direito da UE, excluindo o direito aduaneiro da UE;
11. Resolve que o Reino Unido tem o direito exclusivo de buscar negociações comerciais e outras parcerias com os demais Estados-membros da União Europeia tanto como um bloco quanto individualmente, em base Estado a Estado, significando que cada membro da UE pode negociar parcerias da forma que considerar adequada, em vez de ficar vinculado ao arcabouço mais amplo da UE, como é comum em outros assuntos de relações exteriores.